REQUERIMENTO Nº 0003-2016
Data: 01 de fevereiro de 2016
Protocolo: 0082-2016

Ementa: solicita informações do Executivo Municipal, através da secretaria competente, sobre as medidas adotadas no combate à dengue, assim como requer informações sobre o número de casos suspeitos e confirmados nos últimos seis meses, o número de focos encontrados, notificações expedidas e multas aplicadas, além de solicitar medidas urgentes de combate à dengue no local onde foram depositados os entulhos gerados pelo tornado que afetou o Município rondonense no último dia 19 de novembro, tendo em vista a grande preocupação de munícipes que residem nas proximidades com o elevado número de pontos que permitam a proliferação do mosquito *Aedes aegytpi*.

Senhor Presidente,

Requer seja, após deliberação regimental do Plenário, encaminhada cópia do presente ao Chefe do Executivo Municipal, para que forneça, ou autorize o setor competente desta Municipalidade a fornecer, nos termos do artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal, dentro do prazo legal, as seguintes informações:

- Quais as medidas adotadas no combate à dengue?
- Solicito que seja informado o nº de casos suspeitos e confirmados nos últimos seis meses, o nº de focos encontrados, notificações expedidas e multas aplicadas.
- E, por fim, solicito medidas urgentes de combate à dengue no local onde foram depositados os entulhos gerados pelo tornado que afetou o Município rondonense no último dia 19 de novembro, tendo em vista a grande preocupação de munícipes que residem nas proximidades com o elevado número de pontos que permitam a proliferação do mosquito *Aedes aegytpi*.

Tal solicitação cumpre dever constitucional conferido ao Vereador, qual seja, o de fiscalizar os atos do Executivo Municipal, e no presente caso busca o acesso às referidas informações, objetivando a correta análise da matéria por parte deste Vereador. Por outro lado, caso a informação não seja fornecida no prazo regimental, este Vereador solicita autorização para que a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis tome as providências judiciais cabíveis ao fato, objetivando assegurar e garantir o acesso destas informações.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.
Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 2016.

MARCIO ANDREI RAUBER

Vereador